



CLIPPING



18 e 19 de
JUNHO
2022

> MULHERES CÂRCERE

A Comissão das Mulheres Advogadas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da subseção de Ananindeua realizará no dia 23 deste mês o seminário “Encarceramento feminino: dos direitos e das violências”, para debater questões pertinentes às mulheres encarceradas no Centro de Reeducação Feminino (CRF), o único da Região Metropolitana de Belém. Participarão do encontro as advogadas criminalistas Juliana Freitas e Luana Leal Viegas, com mediação de Larissa Miranda. O seminário contará, também, com a presença de presas que produzem artesanato como forma de profissionalização e remição de pena dentro do CRF. Para se inscrever no evento, é preciso doar um kit com produtos de higiene, que serão destinados às mulheres encarceradas do CRF.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONFLITOS AGRÁRIOS

Promotora diz que disputas começam fora do campo

ORIGEM - Promotora aponta forte influência advinda do processo de ocupação do território paraense

NATÁLIA MELLO
Da Redação

A Promotora de Justiça Agrária do Ministério Público do Estado (MPE) lembra que muitos dos conflitos agrários são iniciados fora do campo e têm suas origens vinculadas a falhas nos registros públicos de terra. A promotora Helena de Melo afirma que há também uma forte influência advinda do processo de ocupação do território paraense, e que a Amazônia nunca foi desocupada, como noticiado por décadas.

“A prova disso são as inúmeras comunidades tradicionais que vêm clamando por garantias até hoje, em relação a estes territórios, sejam estes ribeirinhos, indígenas, quilombolas, dentre outros. É neste sentido que o MP Agrário vem atuando, diretamente buscando evitar a consolidação da situação de enfrentamento, corrigindo pela via judicial as irregularidades identificadas nas cadeias dominiais destes imóveis que são objeto de reclamação por detentores de títulos, que muitas das vezes não possuem a regularidade necessária para constituir propriedade”, explica a promotora.

Ou seja, em outras palavras, os conflitos não nascem, necessariamente, por uma disputa por propriedade, mas sim pela sobreposi-

ção de títulos e matrículas sobre uma mesma parcela do território, provocando o enfrentamento entre quem está ali e tem o direito de ocupá-lo e quem detém um documento. É o que detalha Helena de Melo, ressaltando, ainda, que não raras vezes contém irregularidades na própria constituição desse documento, o que os invalida ou simplesmente prova que sequer deveria existir.

“O MP Agrário vem buscando evitar a consolidação da situação de enfrentamento”

A promotora pontua que, além das ações judiciais, que passaram a atacar as questões fundiárias, o Ministério Público passou a atuar efetivamente na busca da solução legal dessas demandas na sua origem. Isso, de certo modo, desconstituiria o cenário de disputa, deixando de favorecer quem detinha acesso a instrumentos que os dava histórica legitimidade, muitas das vezes simulada sobre a terra, para desvelar a real e legal situação daquelas propriedades, garantindo e reestabelecendo a regularização naqueles territórios.

“Noutro momento, as questões que envolviam

terras em disputa eram submetidas a uma generalidade de tratamento no sistema de justiça, os conflitos ficavam concentrados nos episódios de novas ocupações. Atualmente o tratamento passou à condição de especialidade jurídica, onde as Varas Agrárias foram criadas e passaram a ser processadas, bem como as promotorias agrárias, que atuam exclusivamente nesta temática. É importante destacar que, a temática agrária e fundiária não é tratada pelo MP Agrário exclusivamente no tocante aos conflitos, há um rol de atividades e articulações institucionais que tratam nas interseccionalidades que buscam a paz e a sustentabilidade no campo”, detalha Helena.

A promotora destaca, dentre estas, a atuação no controle e fiscalização das políticas públicas que auxiliam a fixação do homem no campo, assim como nas garantias e nos direitos dos povos das águas e das florestas na Amazônia paraense. Neste sentido, o MP Agrário realiza atividades que provocam outras instituições de governo à promover ações políticas tanto de regularização fundiária extra judicial, quanto de efetivação de garantias mínimas de infraestrutura para estabilizar as relações no campo com suas cadeias sustentáveis de desenvolvimento social e econômico.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP Agrário destaca ações coordenadas

Por não se tratar de uma realidade nova, ao atacar as origens desses conflitos, a estrutura de tratamento estaria sendo modificada, segundo a promotora Helena de Melo. Ela afirma, por exemplo, que por meio das varas especializadas e promotorias agrárias, as liminares que garantiam a manutenção dos efeitos de títulos de terras irregulares deixaram de perdurar no tempo. “A redução desse avanço criminoso vem sendo objeto de ações coordenadas entre o MP Agrário, Varas Agrárias e todo o sistema de justiça e registros públicos, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Polícias Militares e Civil, Delegacias de Conflitos Agrários, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado, Incra, Iterpa, governos locais, enfim, esse enfrentamento vem se dando por instrumentos legais e que buscam garantir a solução pacífica e o respeito

as decisões havidas nestes casos, assim como evitando conflitos diretos, garantindo a proteção de pessoas ou punindo os criminosos que os promovem. Esperamos dispor de cada vez mais estrutura para colhermos a paz no campo e as garantias previstas no texto constitucional, bem como o controle necessário nos registros públicos do território”, finaliza.

A reportagem do Grupo Liberal entrou em contato com a Defensoria Pública do Pará, para obter informações sobre as famílias despejadas após a decisão do STF de prorrogar a suspensão dessas ações até 30 de junho, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

SEGUP

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) informa, em nota, que não

teve acesso ao estudo e ao critério adotado para a produção de tais dados. A Segup destaca ainda, que em relação a reintegração de posse, o Estado por meio das forças de segurança apenas executa as ordens judiciais. Desde 2021 foram retomadas as execuções de ações determinadas pela Justiça, que haviam sido suspensas no ano anterior em razão da pandemia. A Segup informa ainda que em relação a segurança, são realizadas diversas ações de combate à violência no interior do estado, a exemplo do projeto ‘Segurança por Todo o Pará’, que está em sua segunda fase levando operações integradas para combater a criminalidade em todas as regiões. A Segup ressalta que o controle da violência no campo pode ser constatado com a redução de mortes de lideranças e de invasões de terra em todo o Estado.

CONFLITOS NO PARÁ

OCORRÊNCIAS

(Ações de violência praticadas contra as famílias mais o número de ações de retomada e ocupação que são promovidas pelas famílias)

Caíram de **248** para **162**

FAMÍLIAS IMPACTADAS

Subiram de **28.608** para **31.445**
(+9,9%)

CASAS DESTRUÍDAS

Aumentaram de **38** para **404**
(+963,1%)

FAMÍLIAS EXPULSAS

Subiram de **97** para **236**
(+143,2%)

ROÇAS DESTRUÍDAS

Aumentaram de **2** para **469**
(+23.350%)

FAMÍLIAS DESPEJADAS

Subiram de **30** para **96**
(+220%)

BENS DESTRUÍDOS

Aumentaram de **77** para **3.613**
(+4.592,2)

AMEAÇADAS DE DESPEJO

Diminuíram de **1.257** para **991**
(-21,1%)

PISTOLAGEM

Aumentou de **1.032** para **2.720**
(+163,5%)

TENTATIVA OU AMEAÇA DE EXPULSÃO

Diminuíram de **1.903** para **1.398**
(-26,5%)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MINUTA

- Diálogo entre educadores e judiciário debateu estratégias e orientações legais para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças. A conversa reuniu mais de 200 educadores, professores e assistentes sociais e aconteceu na Unama, campus Alcindo Cacela. Na ocasião a juíza titular da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, Mônica Maciel Fonseca fez uma exposição sobre o tema.
- **A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, participa do 2º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em Aracaju. Iniciada na última terça-feira, 14, a programação do encontro se estendeu até a quinta-feira, 16, e conta com palestras, painéis e discussões acerca da Magistratura dos 27 Tribunais estaduais e do Distrito Federal.**
- No dia 15 de junho, o Conselho Nacional de Justiça realizou o Seminário “O Direito Fundamental à Proteção de Dados e a LGPD”. O evento foi transmitido pelo Canal do CNJ do YouTube. Durante o seminário foram apre-
- sentados painéis sobre o regulamento de Inteligência Artificial e a Digital Markets Act da União Europeia, a relação entre a LGPD e os Tribunais, além de questões atinentes à publicidade processual e proteção de dados, debate acerca da responsabilidade civil e a proteção de dados e sobre o projeto de LGPD penal.
- **A corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Pará e presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai), desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, participou do Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ENAPA), realizado na cidade de Araxá (MG), de 9 a 11 de junho. O encontro é um espaço para reflexão, discussão e organização, à medida que envolve todos os atores sociais que têm participação direta e indireta na operacionalização e na Rede de Proteção à Infância e Adolescência no Brasil.**
- O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil foi marcado em Belém pelo lançamento de uma campanha pública organizada pela 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém, que tem como titular a juíza Rubilene Silva do Rosário, dia 13 de junho, às 16 horas, no shopping Grão Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LINHA DIRETA

Representantes do Conselho Regional de Nutricionistas da 7ª Região (CRN-7) informaram ao Ministério Público do Estado que quatro supermercados/atacadões de Belém solicitaram o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o órgão de classe para seus profissionais, treinamento que tem como objetivo deixá-los mais preparados para atuação na área de alimentos.

TRÁFICO

JR Avelar

Ofaro aguçado da equipe da viatura 1019 do 10º Batalhão Alvorada de Icoaraci, em Belém, sob comando do major Fábio Campos e cabos Pardal, Costa Brito e Bacha, deu mais um duro golpe no tráfico de drogas no distrito ao prender em flagrante mais um envolvido com a venda de entorpecentes.

O dia de azar para Carlos Joelio Figueiredo da Silva Júnior, 21, começou quando ele decidiu sair de casa em uma motocicleta para fazer mais uma entrega encomendada de drogas no bairro Ponta Grossa. Ele não contava que a sorte estava ao lado do major Fábio Campos, que tinha acabado de sair com sua guarnição a fim de prender traficantes e suspeitos encontrados em via pública.

O destino direcionou a equipe para a passagem Maurea, onde percebeu um rapaz com vestimenta de mototaxista, que ao perceber que seria abordado ainda tentou fugir, mas acabou alcançado e detido.

SEM REAÇÃO

No momento da abordagem, o suspeito já desceu da moto proferindo as seguintes palavras curtas e objetivas: "tô flagrado". Durante a revista pessoal pela qual o suspeito passou, os policiais militares encontraram no bolso do colete de mototaxista um saco transparente com 102 papелotes de maconha.

Questionado sobre seus documentos, o criminoso informou que estavam em sua residência. A guarnição então fez o deslocamento até o endereço indicado por ele, e com a identidade nas mãos, o traficante acabou conduzido e apresentado para o registro de flagrante delito na Seccional Urbana do distrito de Icoaraci.

MAIS DE 100 PAPELOTES DE MACONHA PRESO COM DROGAS

Durante rondas pelo distrito de Icoaraci, em Belém, a PM capturou Carlos Joelio Júnior



O criminoso usava uma roupa de mototaxista para tentar disfarçar sua atividade ilegal, mas a casa caiu quando ele foi abordado por policiais militares

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



O criminoso estava com maconha e cocaína. Ele havia deixado a cadeia em uma das saídas autorizadas pelo Poder Judiciário, mas não retornou mais

FOTOS: DIVULGAÇÃO



FORAGIDO DA JUSTIÇA VACILA DE NOVO E É DETIDO DE VOLTA PARA A CADEIA

Com 49 petecas de entorpecentes, João Carlos da Silva Ferreira foi preso no distrito de Outeiro, em Belém

FLAGRANTE

JR Avelar

João Carlos da Silva Ferreira foi preso em flagrante, após dois crimes simultâneos, por uma equipe do 26º Batalhão Caratateua, liderada pelo tenente-coronel Formigosa, major Batista e sargento Nonato.

Segundo as informações apuradas, durante mais uma etapa da "Operação Saturação", no bairro da Água Boa, distrito de Outeiro, em Belém, determinada pelo tenente-coronel Formigosa, as guarnições das motocicletas do 26º Batalhão, que fazem rondas pela travessa Acácia, no local conhecido como favela do Morrinho, um rapaz em atitude suspeita foi abordado.

Ele foi posteriormente identificado como João Carlos da Silva Ferreira, com ficha criminal, e em sua posse foram encontrados 23 papéletes de pasta base de cocaína e 26 petecas de maconha.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Levado para a Delegacia de Polícia Civil de Outeiro, o criminoso se autodenominou como Salomão da Silva Rodrigues. Contudo,

ao consultar o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, a polícia não identificou nenhuma pessoa com esse nome e o homem continuou "enrolando", até que sua companheira chegou à delegacia e revelou seu verdadeiro nome.

A companheira disse que ele se chamava João Carlos da Silva Ferreira e que se encontrava na condição de foragido do Sistema

Penal Paraense, depois que deixou a prisão em uma das "saídas" autorizadas pela Justiça e não retornou mais à casa penal.

Formalmente identificado, ele foi apresentado ao delegado Jívago Ferreira Freitas, que o autou em flagrante por tráfico de drogas e comunicou sua prisão à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) para seu recolhimento ao presídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CAPTURADO 22 ANOS APÓS COMETER OS CRIMES MATOU TRÊS NO PARANÁ

Lúcio Caetano Oliveira foi encontrado na cidade de Alenquer, oeste do Pará, por policiais civis e militares

JUSTIÇA

JR Avelar

O Pará não é paraíso para esconderijo de foragidos. Vinte e dois anos após matar três pessoas no Estado do Paraná, foi preso na cidade de Alenquer, na região oeste do Pará, um homem identificado como Lúcio Caetano Oliveira, que estava na condição de foragido do Estado do Paraná.

A prisão foi resultado de um mandado oriundo do Paraná, que chegou até a Polícia Civil após a inteligência daquele Estado teve a informação que o procurado estava escondido no município de Alenquer no Pará.

O comandante da 26ª Companhia Integrada da Polícia Militar, vinculada ao Comando de Policiamento Regional I, capitão Alves, recebeu uma informação da Polícia Civil que teria um cidadão que tentava intimidar as pessoas que moravam próximas à vila do Miami, ameaçando de várias formas, e que possivelmente ele seria foragido da Justiça do Estado do Paraná.

DESCOBERTA

De posse do nome do criminoso, foi feita consulta no sistema do Conselho Nacional de Justiça e contra ele constavam dois mandados de prisão, inclusive um transitado e julgado com pena de reclusão de 56 anos, e o homem atendia pelo nome Lúcio Caetano Oliveira.



O criminoso praticou um triplo homicídio no ano 2000, juntamente com outros comparsas. Ele vai aguardar transferência para uma cadeia paranaense

FOTO: DIVULGAÇÃO

De posse das informações foi formada uma operação conjunta entre as Polícias Militar e Civil, as quais prosseguiram em diligência até a comunidade do Ma-

miá, saindo da base por volta das 3h, chegando de manhã ao endereço mencionado na denúncia, encontrando Lúcio, que ainda tentou se fazer de desentendido.

Após cair em contradição em suas palavras, foi cumprido o mandado de prisão contra o criminoso, que foi apresentado na Delegacia de Polícia Ci-

vil de Alenquer, onde aguardará transferência para o Estado do Paraná, onde junto com alguns comparsas praticou um triplo homicídio no ano 2000.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SÁBADO****Diário do Pará**

**CONDENADO É PRESO 22 ANOS
DEPOIS DE TRIPLO HOMICÍDIO.
PÁGINA 7**

POLÍCIA

TENTOU ATÉ PULAR CERCA DO

FUJÃO É DETIDO

ATRÁS DAS GRADES

JR Avelar

Uma operação da viatura 9838, com o sargento Vander e o soldado Leonardo, do 11º Batalhão, com apoio da viatura IIII do Grupamento Tático Operacional, teve como destino o município de Quatipuru na região nordeste paraense. Um criminoso foi preso.

A denúncia apontava que havia um foragido da Justiça em uma casa na rua da Caixa D'água. Na chegada ao local, as guarnições viram que o suspeito não se encontrava, mas ao fazer o deslocamento para o Pelotão Policial Destacado de Quatipuru, percebeu um suspeito que corria em via pública.

O sargento Vander fez o acompanhamento a pé, enquanto o soldado Leonardo saiu com a viatura e conseguiu fazer um cerco no quarteirão. No momento que o criminoso tentava pular uma cerca de madeira, os policiais militares deram voz de prisão e conseguiram deter o "fujão".

Interrogado, o homem se identificou como Jedielson Silva Sousa, 23, que confessou que estava na condição de foragido do Poder Judiciário já fazia um mês e que só retornava preso o que aconteceu.

Jedielson Silva Sousa foi encaminhado ao delegado de plantão do município de Quatipuru que orientou a guarnição conduzir o preso até Capanema, cidade próxima, para sua apresentação junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).



Jedielson Silva Sousa confessou que era foragido da Justiça, mas acabou preso no município de Quatipuru
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Representantes do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e Ministério Público do Pará, assinaram nesta segunda-feira (13), na sede do MPPA, um memorando de cooperação para o intercâmbio de experiências e promoção de ações de inserção socioproductiva, combate ao racismo e xenofobia, e garantia dos direitos dessa população. O Estado se configura como local de trânsito e destino para pessoas refugiadas e migrantes de várias nacionalidades e, desde 2017, tem recebido, em especial, indígenas venezuelanos da etnia Warao.

MUDANÇA

O governador Helder Barbalho sancionou a lei complementar que transforma no cargo de Assessor Ministerial-Bacharel em Direito os cargos de provimento em comissão no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), 119 cargos de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, 161 cargos de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda e 20 cargos de Assessor de Promotoria de Justiça de Terceira Entrância. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do MPPA.

LINHA DIRETA

A campanha “Sinal vermelho contra a violência doméstica”, do Tribunal de Justiça do Estado, que incentiva mulheres vítimas de abusos a pedir ajuda por meio de um X vermelho na palma da mão, quer conscientizar os homens: em parceria com o Sinduscon-PA, o projeto “Mãos à Obra” já leva palestras educativas sobre o tema a trabalhadores e trabalhadoras da construção civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

JUDICIÁRIO PARAENSE HOMENAGEIA MINISTRO LUIZ FUX COM HONRARIAS

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Luiz Fux recebeu do judiciário paraense no último dia 10, as Medalhas da Alta Distinção Judiciária e da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, concedida em 2018. A cerimônia conduzida pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina Pinheiro (na foto como desembargador Rômulo Nunes e Luiz Fux ao centro). A mesa da cerimônia foi composta ainda pelo procurador-geral, Ricardo Sefer, que representou o governador Helder Barbalho; a presidente do TRE do PA desembargadora Luzia Nadja Nascimento; a presidente do TCM, Mara Lúcia Barbalho; e o procurador-geral de Justiça, César Bechara.



Escritório promove "Dinners Business" para discutir cenário e oportunidades

"O cenário político-econômico e as oportunidades de 2023" são tema do "Dinners Business" promovido pelo escritório Pinheiro & Mendes Advogados no dia 22 de junho. O palestrante é o ex-ministro da Previdência Social e do Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo, atual responsável pela área de Clientes Institucionais e Corporativos da BTG Pactual Asset Management. O jantar de negócios, na sede da banca advocatícia localizada no edifício Rogêlio Fernandez Business Center, terá entre os convidados grandes empresários paraenses, inclusive, dos ramos atacadista e construção civil.

Carlos Zahlouth é nomeado desembargador do TRT8



Com quase 3 décadas de magistratura, o juiz titular da 17ª Vara do TRT8, Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior foi nomeado na última segunda-feira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, como novo desembargador do Tribunal. O juiz ocupa a vaga pelo critério de antiguidade, em função da aposentadoria do juiz Vicente José Malheiros da Fonseca. Zahlouth também atuou na 2ª vara do trabalho de Macapá e na vara de Abaetetuba. Em 2002 foi promovido para a 10ª vara do trabalho de Belém e, em 2013, designado para a 17ª VT de Belém. A posse do novo desembargador ocorreu na última terça-feira foi prestigiada por todos os desembargadores do trabalho que integram a corte.

César Mattar Jr. empossado vice-presidente Norte do CNPG

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. foi empossado no último dia 9 como vice-presidente da região Norte do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) para o mandato de um ano. A posse aconteceu durante a 6ª sessão ordinária do Conselho realizada na sede do Ministério Público da Bahia. César Mattar Jr. também foi empossado como membro do Grupo Nacional de Acompanhamento Legislativo e Processual (GNLP). O evento também marcou a continuação da posse da nova presidente do CNPG, Norma Cavalcanti.



Escritório Brasil de Castro completa 12 anos e festeja com clientes, amigos e colaboradores

Os advogados João e Melina Brasil de Castro estão celebrando desde maio passado os 12 anos de atuação do escritório de Advocacia Brasil de Castro. Para tanto reuniu no último dia 11 na sede social da Assembleia Paraense centenas de convidados entre seus muitos clientes, amigos e colaboradores. O escritório atua nas áreas Eleitoral, Cível e Penal e possui hoje mais de 30 advogados nos seus quadros atuando nas áreas de Direito Eleitoral, Público e Municipal. O advogado João Brasil afirma que já está planejando uma expansão da banca para outros Estados.



OAB-PA: Comissão de Diversidade Sexual e Gênero agora é permanente

Na 5ª sessão ordinária deste ano realizada dia 2 passado, o conselho seccional da OAB-PA aprovou que a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero se torne permanente, além da alteração do nome de comissão temática (anteriormente, a nomenclatura era Comissão de Diversidade Sexual e População, LGBT+). É a 12ª comissão de trabalho da OAB-PA que ascende à condição de permanente. Atual presidente da comissão temática, João Jorge (foto), agradeceu o apoio e sensibilidade do Conselho Seccional. "É uma conquista histórica", classificou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DOMINGO

Diário do Pará

CRIMINOSOS QUE ESTAVAM EM MOTO ROUBADA SÃO DETIDOS.
PÁGINA 2

POLÍCIA

OPERAÇÃO SATURAÇÃO FLAGRADO COM DROGA

PRISÃO

Um homem foi preso por tráfico de drogas, na última sexta-feira (17), durante a operação Saturação, deflagrada pelo 24º Batalhão da Polícia Militar. Com ele, os policiais apreenderam drogas e materiais usados no preparo e na venda dos entorpecentes.

A prisão ocorreu quando as viaturas faziam rondas ostensivas na rua Balmoral, no bairro do Tapaná, em Belém. Com a chegada dos policiais, homens suspeitos fugiram por uma área de Igapó, mas um deles foi alcançado e preso após o cerco policial.

Em uma área de mata, próxima ao local da prisão, os policiais encontraram duas sacolas plásticas contendo 879 gramas de maconha, duas balanças de precisão e rolos de papel filme. O homem e os objetos apreendidos foram conduzidos para a 8ª Seccional de Polícia Civil, em Icoaraci.

A operação Saturação foi deflagrada no bairro do Tapaná para combater o tráfico de drogas, recapturar foragidos, cumprir mandados de prisão e coibir os crimes violentos contra a vida, ou seja, homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.



Quase 900 gramas de maconha foram apreendidas pelos policiais militares
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Candidatos têm poucos dias para fazer suas inscrições ao concurso do MPPA
FOTO: RICARDO AMANAJÁS

169 VAGAS

Ministério Público inscreve até 5ª feira

Oportunidades são para cargos de níveis médio, técnico e superior, com remunerações de até R\$ 4,4 mil

FIQUE ATENTO

IC CONCURSOS

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) encerra na próxima quinta-feira (23) as inscrições para o certame reúne 169 vagas para contratação imediata, além da formação de cadastro reserva (CR) de eventuais oportunidades. Os salários iniciais para funções de nível médio/técnico são de R\$ 3.120,70 e R\$ 3.502,85. Já as remunerações para nível superior são de R\$ 4.055,10 para técnicos e R\$ 4.456,79 para analista jurí-

dico e técnicos especializados. Os servidores do MPPA ainda recebem os seguintes benefícios: auxílio-alimentação no valor de R\$ 1.670; auxílio-transporte; auxílio-saúde; adicional por tempo de serviço; e licença prêmio.

INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser realizadas exclusivamente pelo site da banca organizadora do processo de seleção, que é a Consulplan (www.consulplan.net). Após concluir o cadastro, o candidato deverá imprimir o boleto bancário referente à taxa de participação, nos valores de R\$ 40 (níveis médio e técnico) e R\$ 42 (superior), e

efetuar o seu pagamento até a data limite de 24 de junho, observado o horário de funcionamento do banco.

PROVAS

O concurso do MPPA será constituído de provas objetiva e discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos; e prova de títulos, de caráter apenas classificatório, para nível superior.

As provas objetiva e discursiva serão aplicadas na data prevista de 14 de agosto, no período da manhã, das 8h às 12h30, para os cargos de níveis médio e técnico e à tarde, das 14h30 às 19h, para nível superior.

INFORMAÇÕES

CARGOS E VAGAS

• Candidatos que têm ensino médio e/ou curso técnico podem concorrer às funções de auxiliar de administração (77 + 1.600 CR), auxiliar de enfermagem (3 + 100 CR) e técnico em informática (15 + 1.500 CR).

• Quem tem nível superior está apto às carreiras de analista jurídico (15 + 200 CR), técnico - administrador (3 + 100 CR), técnico - analista de sistemas nas especialidades de desenvolvimento (2 + 100 CR), modelagem de sistemas (2 + 100 CR), suporte a banco de dados (2

+ 100 CR) e suporte à rede de computadores (1 + 100 CR), técnico - assistente social (12 + 1.500 CR), técnico - bibliotecarista (1 + 100 CR), técnico - contador (3 + 100 CR), técnico - economista (3 + 100 CR), técnico - enfermeiro (1 + 100 CR), técnico - pedagogo (1 + 100 CR), técnico - psicólogo (10 + 1.500 CR), técnico - sociólogo (2 + 100 CR), técnico especializado - arquiteto (4 + 100 CR), técnico especializado - engenheiro (4 + 100 CR), técnico especializado - odontólogo (2 + 100 CR), técnico especializado - médico (5 + 100 CR) e técnico especializado - médico psiquiatra (1 + 100 CR).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Inscrições para o concurso do Ministério Público do Pará terminam nesta semana

São 169 vagas para todos os níveis de escolaridade; Dependendo do cargo, salário bruto pode chegar a quase R\$ 10 mil

Emilly Melo

20.06.22 8h43



Concurso do MPPA busca preencher 169 vagas imediatas e formar cadastro reserva de até oito mil candidatos (Reprodução/ MPPA)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Termina nesta quinta-feira, dia 23, o **prazo para se inscrever no concurso do Ministério Público do Pará (MPPA)**, que tem oportunidades para **cargos de todos os níveis de escolaridade**. O certame será realizado para preencher **169 vagas imediatas e formar cadastro reserva** de até oito mil candidatos. Além disso, o edital permite que os participantes concorram às vagas de uma região administrativa mesmo tendo realizado as provas do concurso em outro município sede da região.

A lotação dos candidatos poderá ser para várias partes do Estado além da **Região Metropolitana de Belém, como Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Sudeste e Sudoeste paraense**. Para seleção dos candidatos, o concurso contemplará as etapas de exames de conhecimento, para as provas objetivas e discursivas para todos os cargos; e avaliação de títulos para as funções que exigem cursos de graduação.

O cargo ofertado para o nível médio é de auxiliar de administração. Mas, os participantes que possuem o ensino superior completo podem concorrer às funções de analistas de sistemas - desenvolvimento, modelagem de sistemas, suporte a banco de dados; assistente social; biblioteconomista; contador; economista; enfermeiro; pedagogo; psicólogo; sociólogo; arquiteto; engenheiro civil; odontólogo; médico; e médico psiquiatra. Há também chances para o posto de auxiliar de enfermagem, que exige o curso técnico na área.

Para as funções de **auxiliar de administração**, a **remuneração é de R\$ 3.120,70**, com acréscimo do auxílio-alimentação, no valor de R\$ 1.670. Para os **auxiliares de enfermagem e técnicos em informática**, o **salário é de R\$ 3.502,85**, também acrescido de auxílio-alimentação. Já os candidatos aprovados para **cargos de nível superior** receberão o **vencimento básico de R\$ 4.055,10**, mais adicional de até 80% relativo à gratificação de escolaridade e também o auxílio-alimentação, podendo alcançar uma renda bruta de até R\$ 9.962,22.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O documento também informa que os servidores do MPPA podem receber auxílio-saúde, segundo a faixa etária; adicional por tempo de serviço; licença-prêmio; e auxílio-transporte. Todos os cargos devem cumprir jornada de trabalho de 30 horas semanais, com exceção dos cargos de médico e médico psiquiatra, que devem cumprir quatro horas diárias.

Para a prova objetiva, o teste do certame consistirá em 40 questões distribuídas em conteúdos de língua portuguesa; ética e legislação; legislação estadual e institucional; noções de direito constitucional; noções de direito administrativo; e mais 30 questões de conhecimentos específicos. A prova escrita consistirá em uma redação, com um tema proposto, em que o candidato deverá discorrer sobre ele. Os **exames estão previstos para serem aplicados no dia 14 de agosto deste ano**, nos períodos da manhã e tarde.

Como se inscrever no concurso do Ministério Público

Para se inscrever, os interessados devem acessar o [site da Consulplan](#) até às 16h do dia 23 de junho. Será cobrada uma taxa de participação no valor de R\$ 42, para os cargos de nível superior, e R\$ 40, para os cargos de nível médio e técnico.

Serviço

- Concurso MPPA
- Inscrições: até 23/06/22, pelo site www.consulplan.net
- Taxa: R\$ 40 (nível médio) e R\$ 42 (nível superior)
- Salário: entre R\$ 3.120,70 a R\$ 9.962,22.
- Vagas: 169

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em menos de 48h em liberdade, homem volta a ser preso por tentativa de furto em Santarém

De acordo com o delegado Herbert Junior, o suspeito é morador de rua e estava preso respondendo pelo mesmo crime.

Por Dominique Cavaleiro e Zé Rodrigues, g1 Santarém e TV Tapajós — PA

17/06/2022 11h24 Atualizado há 3 dias



Caso foi registrado na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil — Foto: Alan Martins/g1

Um homem foi preso por tentativa de furto em menos de 48h depois de sair da penitenciária de [Santarém](#), no oeste do Pará. O caso foi um dos 7 registrados no plantão policial da noite de quinta (16) e madrugada de sexta (17).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com informações do delegado Herbert Junior, o suspeito é um morador de rua que teve a ação criminosa interceptada pelo proprietário do veículo que conseguiu detê-lo.

“O morador de rua em poder de uma faca tentou furtar um veículo, na verdade já estava tentando abrir porta, janela, roubar a bateria. O proprietário conseguiu deter ele e chamar a polícia militar que o apresentou por tentativa de furto”, disse o delegado Herbert Junior.

Ainda segundo o delegado, o suspeito foi colocado em liberdade na quarta-feira (15). Ele foi apresentado na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil e deve passar por audiência de custódia nas próximas horas.

“Ele estava preso, saiu quarta-feira (15) pelo mesmo crime, de furto”, completou Herbert.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br